

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação: Associação Murteirense de Cultura, Desporto e Solidariedade Social;

Sede: Rua do Campo da Bola, lugar de Murteira, freguesia de Lamas, Cadaval;

Fins: a promoção de actividades de solidariedade social do âmbito de apoio a crianças, jovens e idosos;

Admissão de sócios: podem ser sócias da Associação todas as pessoas singulares e colectivas;

Exclusão de sócios: perdem a qualidade de sócio os que por sua iniciativa se demitirem; por deliberação da assembleia geral, os sócios que tiverem praticado actos contrários aos objectivos da Associação ou susceptíveis de afectarem gravemente o seu prestígio; por deliberação da direcção, os sócios que, tendo em débito mais de três meses de quotas, não liquidarem tal débito dentro do prazo que lhes for fixado por carta registada.

17 de Outubro de 2006. — Pelo Director-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*. 3000218009

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado, provisoriamente, pela inscrição n.º 29/06, a fl. 41 do livro n.º 11 das associações de solidariedade social, e considera-se efectuado em 19 de Agosto de 2005, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento acima citado.

Este registo foi convertido em definitivo, em 9 de Outubro de 2006, pelo averbamento n.º 1 à referida inscrição.

Dos estatutos consta nomeadamente o seguinte:

Denominação: O Contributo (DO UT DES) Associação de Apoio à Criança e ao Jovem;

Sede: Rua do Zambujal, 2-A, loja 4, Mem Martins, Sintra;

Os objectivos e as condições de admissão e exclusão dos associados constam do extracto publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 121, de 27 de Junho de 2005.

17 de Outubro de 2006. — Pelo Director-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*. 3000218011

Declaração

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2 à inscrição n.º 130/04, a fls. 125 v.º e 126 do livro n.º 10 das associações de solidariedade social, e considera-se efectuado em 6 de Março de 2006, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento acima citado.

Dos estatutos consta nomeadamente o seguinte:

Denominação: Jardins da Vida — Associação Educacional para a 1.ª e 3.ª Idades;

Sede: Vivenda O Ninho, Machado, Belas, Sintra.

17 de Outubro de 2006. — Pelo Director-Geral, o Director de Serviços, *António M. M. Teixeira*. 3000218013

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Alentejo

Despacho (extracto)

Por deliberação do conselho de administração da administração Regional de Saúde do Alentejo, de 29 de Agosto de 2006, foi a Manuela Bernardina Barbas Milhano autorizada a contratação a termo certo, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A do ESNS, para exercer funções

equiparadas às de técnico superior, no serviço de aprovisionamento, da sede da Administração Regional de Saúde do Alentejo, com efeitos desde 6 de Setembro de 2006.

27 de Setembro de 2006. — O Vogal do Conselho de Administração, *José Gomes Esteves*. 3000217006

Sub-Região de Saúde de Beja

Despacho (extracto)

Por despacho de 22 de Agosto de 2006 do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Alentejo, foi autorizado o contrato de trabalho a termo certo, pelo período de três meses, ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º-A de Estatuto do SNS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março, de Ana Lúcia Cordeiro Ruas, para o exercício de funções inerentes à categoria de enfermeiro no Centro de Saúde de Mértola, da Sub-Região de Saúde de Beja, a partir de 6 de Setembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Setembro de 2006. — O Coordenador, *João Pina Marques*. 3000216213

Direcção-Geral da Saúde

Centro Hospitalar de Coimbra

Despacho (extracto)

Por despachos do conselho de administração do Centro Hospitalar de Coimbra de 29 de Junho e de 20 e 27 de Julho de 2006, foram autorizadas as seguintes contratações, como enfermeiros, em regime de contrato de trabalho a termo certo, nos termos do n.º 3 do artigo 18.º-A do Decreto-Lei n.º 11/93 de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 53/98, de 11 de Março (isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas):

Ana Luísa Barreto Correia — 17 de Julho de 2006.
 Ana Patrícia Ferraz Amaral — 17 de Julho de 2006.
 Carla Marisa Cordeiro Cunha Martins — 17 de Julho de 2006.
 Catarina Andreia Rosa Saraiva Marinho — 17 de Julho de 2006.
 Cindy de Jesus Pereira — 17 de Julho de 2006.
 Marina Sofia Henriques Gomes — 17 de Julho de 2006.
 Marisa Isabel Campos Abreu — 17 de Julho de 2006.
 Ricardo André Silva Branco — 17 de Julho de 2006.
 Rita Alexandra Rodrigues Santos — 17 de Julho de 2006.
 Nuno Filipe Silva Alves — 22 de Julho de 2006.
 Rafael Ribeiro Gama — 22 de Julho de 2006.
 Vera Lúcia Antunes Gonçalves — 22 de Julho de 2006.
 Patrícia Alexandre Oliveira Lopes — 24 de Julho de 2006.
 Fernando José Almeida Várzeas — 25 de Julho de 2006.
 Paula Susana Rodrigues Álvaro — 26 de Julho de 2006.
 Susana Cristina dos Santos Tavares — 26 de Julho de 2006.
 Ana Maria Lopes Batista — 28 de Julho de 2006.
 Andreia Cristina Coelho Silva Mendes — 28 de Julho de 2006.
 António Filipe Sousa Silva Correia — 28 de Julho de 2006.
 Carlos Manuel Antunes Francisco — 28 de Julho de 2006.
 Cármen Lúcia Seabra Nogueira — 28 de Julho de 2006.
 Catarina Alexandra Henriques Lopes — 28 de Julho de 2006.
 Cátia Sofia Marques Teixeira — 28 de Julho de 2006.
 Clara Maria Moreira Guedes Rodrigues — 28 de Julho de 2006.
 Cláudia Adriana Vieira e Pinho — 28 de Julho de 2006.
 Cláudia Patrícia Jorge Marques — 28 de Julho de 2006.
 Cristiana Maria Tavares Roques — 28 de Julho de 2006.
 Eliana Catarina Soares Abreu — 28 de Julho de 2006.
 Fernando José Amaro Baptista — 28 de Julho de 2006.
 Maria La Salete Domingues Contente — 28 de Julho de 2006.
 Ricardo Patrício Limão — 28 de Julho de 2006 — 28 de Julho de 2006.
 Rui Alexandre Reis Marques Cardoso — 28 de Julho de 2006.
 Sandra Dias Neves — 28 de Julho de 2006.
 Sandra Fátima Dias Machado — 28 de Julho de 2006.
 Sónia Margarida Santos Dias — 28 de Julho de 2006.
 Ana Cláudia Almeida Dias — 29 de Julho de 2006.
 Andreia Cristina Silva Alves — 29 de Julho de 2006.
 Rui Sérgio Dias Ferreira — 29 de Julho de 2006.
 Luís Miguel Frade Domingos — 1 de Agosto de 2006.
 Luís Miguel Frade Domingos — 1 de Agosto de 2006.
 Ana Margarida Alves de Carvalho — 4 de Agosto de 2006.

Anabela Cunha da Costa — 5 de Agosto de 2006.
 Catarina Lopes Valente — 5 de Agosto de 2006.
 Catarina Alexandra Carvalho Oliveira — 5 de Agosto de 2006.
 Catarina José Bessa Mendes Aveiro — 6 de Agosto de 2006.
 Regina Maria Lopes Gomes — 6 de Agosto de 2006.
 Joana Maria Manaia Caridade — 6 de Agosto de 2006.
 Paulo César Freitas Cabete — 6 de Agosto de 2006.
 Ana Maria Torres Rosa — 6 de Agosto de 2006.
 Paula Cristina Oliveira Constantino — 6 de Agosto de 2006.
 Romeu Adelino Marta Outeiro — 6 de Agosto de 2006.
 Sandra Isabel Ribeiro Marques — 6 de Agosto de 2006.
 Maria Helena Dias Pires — 6 de Agosto de 2006.
 Olga Cristina Oliveira Jorge — 7 de Agosto de 2006.
 Cristina Maria Melo Durão — 8 de Agosto de 2006.
 Suse Silva Santos — 8 de Agosto de 2006.
 Rui Pedro Freire Calado — 9 de Agosto de 2006.
 Liliana Silva Rosa Simões — 9 de Agosto de 2006.
 Odete Margarida Pinto Ferreira — 10 de Agosto de 2006.
 Ana Margarida Santos Monteiro — 10 de Agosto de 2006.
 Filipa Patrícia Costa Dias — 10 de Agosto de 2006.
 Elsa Isabel Silva Cardoso — 10 de Agosto de 2006.
 André João Melo Lucas — 10 de Agosto de 2006.
 Sérgio Rodrigo Paiva Figueiredo — 10 de Agosto de 2006.
 Carla Maria Ferreira Durão Duarte — 10 de Agosto de 2006.
 Patrícia Raquel Santos Simões — 10 de Agosto de 2006.
 Sandra Luísa França Santos — 10 de Agosto de 2006.
 Ricardo Jorge Garrido Pato — 10 de Agosto de 2006.
 Cristina Guimarães Gomes — 10 de Agosto de 2006.
 Sónia Ribeiro Ferreira — 10 de Agosto de 2006.
 Sara Raposo Seabra — 10 de Agosto de 2006.
 Ana Filipa Pereira Oliveira — 10 de Agosto de 2006.
 Paula Marisa Sá Costa — 10 de Agosto de 2006.
 Liliana Maria Silva Costa Santos Sousa — 10 de Agosto de 2006.
 Cecília Carmo Borlido Parente — 12 de Agosto de 2006.
 Dora Margarida Santos Pires — 13 de Agosto de 2006.
 Cristela Gonçalves Vicente — 13 de Agosto de 2006.
 Carla Susana Carvalho Silva — 15 de Agosto de 2006.
 Rita Jorge Francisco — 15 de Agosto de 2006.
 Arlete Conceição Borges Araújo — 19 de Agosto de 2006.
 Carlos Jorge Magalhães Jesus — 20 de Agosto de 2006.
 Nuno Miguel Medina Sacramento — 20 de Agosto de 2006.
 Márcia Noélia Pestana Santos — 20 de Agosto de 2006.
 Elisabete Sofia Almeida Cioga — 20 de Agosto de 2006.
 Jana Staats — 20 de Agosto de 2006.
 Rita Silva Ferreira Costa — 20 de Agosto de 2006.
 Cecília Raquel Matos Batista — 20 de Agosto de 2006.
 Ana Lúcia Rodrigues Quaresma — 21 de Agosto de 2006.
 Edite Sofia Santos Luis — 21 de Agosto de 2006.
 Teresa Margarida Rosa — 22 de Agosto de 2006.
 Helena Sofia Duarte — 26 de Agosto de 2006.
 Filipa Eugénia Carvalho Seabra — 27 de Agosto de 2006.

Os presentes contratos são válidos por três meses, eventualmente renováveis por um único e igual período e com efeito às datas indicadas.

31 de Agosto de 2006. — O Director do Serviço de Gestão de Recursos Humanos, José Miguel Perpétuo. 3000215157

TRIBUNAIS

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FELGUEIRAS

Anúncio

Processo n.º 1776/05.4TBFLG-N.
 Verificação ulterior créditos /outros direitos (CIRE).
 Autor — Flex Design A/s.
 Réu — Credores da Massa Insolvente de Isidro Lopes, S. A.

A Dr.ª Sandra Mendes Ramalho, juíza de direito do 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Felgueiras, faz saber que, nos presentes autos supra-identificados, que correm por apenso aos autos de declaração de insolvência, por este Juízo e Tribunal, em que é devedor Isidro Lopes, S. A., número de identificação de pessoa colectiva 501334440, com sede na Zona Industrial da Longra, fracção A, Longra, Rande, Felgueiras, correm éditos de 10 dias, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando os credores da massa insolvente para,

no prazo de 20 dias, findos os dos éditos, contestarem, querendo, a presente acção (artigos 146.º e 148.º do CIRE e 783.º do CPC), e na qual pretende o autor que seja verificado o seu crédito no montante de € 90 353,84, cujo duplicado se encontra neste Tribunal à disposição de quem o queira consultar, dentro das horas normais de expediente.

21 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, Sandra Mendes Ramalho. — O Oficial de Justiça, Domingos Monteiro Gonçalves. 3000217735

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LEIRIA

Anúncio

Processo n.º 1859/06.3TBLRA.
 Insolvência pessoa colectiva (requerida).
 Requerente — Lima Natuurvoedingsbedrijf N.V.
 Insolvente — Biomarket — Comércio e Produção de Produtos Biológicos, S.A. e outros.

Biomarket — Comércio e Produção de Produtos Biológicos, S. A., número de identificação fiscal 506385159, com endereço na estrada da Pedreira, 9, Montijos, Monte Redondo, 2400-000 Leiria.

Dr. José A. Cecílio, residente na Rua do Capitão Mouzinho Albuquerque, 123, 1.º, direito, 2400-000 Leiria, ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por inexistência de bens na massa insolvente.

Efeitos do encerramento:

1 — Encerrado o processo:

a) Cessam todos os efeitos que resultam da declaração de insolvência, recuperando designadamente o devedor o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão dos seus negócios, sem prejuízo dos efeitos da qualificação da insolvência como culposa e do disposto no artigo seguinte;

b) Cessam as atribuições da comissão de credores e do administrador da insolvência, com excepção das referentes à apresentação de contas e das conferidas, se for o caso, pelo plano de insolvência;

c) Os credores da insolvência poderão exercer os seus direitos contra o devedor sem outras restrições que não as constantes do eventual plano de insolvência e plano de pagamentos e do n.º 1 do artigo 242.º, constituindo para o efeito título executivo a sentença homologatória do plano de pagamentos, bem como a sentença de verificação de créditos ou a decisão proferida em acção de verificação ulterior, em conjugação, se for o caso, com a sentença homologatória do plano de insolvência;

d) Os credores da massa podem reclamar do devedor os seus direitos não satisfeitos.

2 — O encerramento do processo de insolvência antes do rateio final determina:

a) A ineficácia das resoluções de actos em benefício da massa insolvente, excepto se o plano de insolvência atribuir ao administrador da insolvência competência para a defesa nas acções dirigidas à respectiva impugnação, bem como nos casos em que as mesmas não possam já ser impugnadas em virtude do decurso do prazo previsto no artigo 125.º, ou em que a impugnação deduzida haja já sido julgada improcedente por decisão com trânsito em julgado;

b) A extinção da instância dos processos de verificação de créditos e de restituição e separação de bens já liquidados que se encontrem pendentes, excepto se tiver já sido proferida a sentença de verificação e graduação de créditos prevista no artigo 140.º, caso em que prosseguem até final os recursos interpostos dessa sentença e as acções cujos autores assim o requeiram, no prazo de 30 dias;

c) A extinção da instância das acções pendentes contra os responsáveis legais pelas dívidas do insolvente propostas pelo administrador da insolvência excepto se o plano de insolvência atribuir ao administrador da insolvência competência para o seu prosseguimento.

3 — As custas das acções de impugnação da resolução de actos em benefício da massa insolvente julgadas procedentes em virtude do disposto na alínea a) do número anterior constituem encargo da massa insolvente, se o processo for encerrado por insuficiência desta.

4 — Exceptuados os processos de verificação de créditos, qualquer acção que ocorra por dependência do processo de insolvência e cuja instância não se extinga, nos termos da alínea b) do n.º 4, nem deva ser prosseguida pelo administrador da insolvência, nos termos do pla-